

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

RESULTADO DO TESOIRO DO ESTADO DO CEARÁ

1º Semestre de 2004

Fortaleza-CE
Agosto/2004

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)

SECRETÁRIO

Francisco de Queiroz Maia Júnior

COORDENAÇÃO GERAL

Marcos Costa Holanda - Diretor Geral

ELABORAÇÃO

Francis Carlo Petterini

Daniel Campos Lavor

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av.: General Afonso Albuquerque Lima, S/N

Ed. SEPLAN - 2º andar

60839-900 – Fortaleza-CE

www.ipece.ce.gov.br

ipece@ipece.ce.gov.br

**Tabela 1 – Resultado Primário
Tesouro do Estado do Ceará
Primeiro Semestre de 2004
Valores em R\$ Milhões**

I - RECEITA BRUTA	2.569
Receitas de Transferências	1.064
FPE	895
Outras	169
Receitas Próprias	1.505
ICMS	1.315
Outras	190
II- TRANSF. A MUNICÍPIOS	382
III- RECEITA LÍQUIDA ^(I - II)	2.187
IV- DESPESA NÃO FINANCEIRA	1.796
Pessoal	1.004
OCC	792
Investimentos	150
Inversões Financeiras	39
Sentenças Judiciais	3
Outras Despesas Correntes	600
V - RESULTADO PRIMÁRIO ^(III - IV)	391
Resultado Primário em % do PIB projetado para 2004	1,5

Fonte: Sistema Integrado de Contabilidade do Ceará –SIC

Elaboração: IPECE, conforme o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF.

RESULTADO PRIMÁRIO DO TESOURO ESTADUAL

No primeiro semestre de 2004 o Governo do Estado do Ceará registrou um Resultado Primário de R\$ 391 milhões¹.

No âmbito da Receita Bruta, que são as Receitas de Transferências mais as Receitas Próprias, o Tesouro do Estado contou com R\$ 2.569 milhões no semestre.

As Receitas de Transferências totalizaram R\$ 1.064 milhões, dos quais R\$ 895 milhões foram provenientes da quota-parte do Estado no Fundo de Participação dos Estados e Municípios (FPE).

Pelo lado das Receitas Próprias, que totalizaram R\$ 1.505 milhões no semestre, a arrecadação do ICMS resultou num montante de R\$ 1.315 milhões.

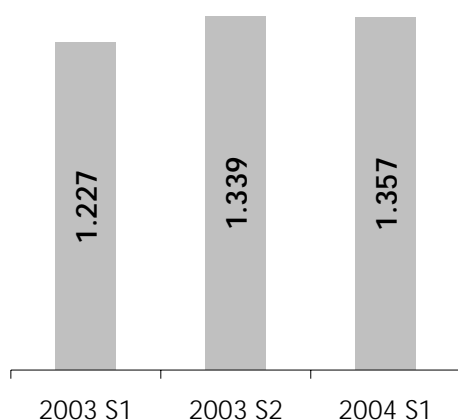
Descontando-se R\$ 382 milhões das Transferências de Receita aos Municípios durante o semestre, chega-se à Receita Líquida do Estado de R\$ 2.187 milhões.

As Despesas Não Financeiras totalizaram R\$ 1.796 milhões no período, formados pelas Despesas com Pessoal (R\$ 1.004 milhões) e Outras Despesas Correntes e de Capital (R\$ 792 milhões).

Por fim, subtraindo-se as Receitas Líquidas das Despesas Não Financeiras Verifica-se o Resultado Primário do exercício, de 1,5 % do PIB projetado para 2004.

¹ Seguindo a estrutura de cálculo do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF.

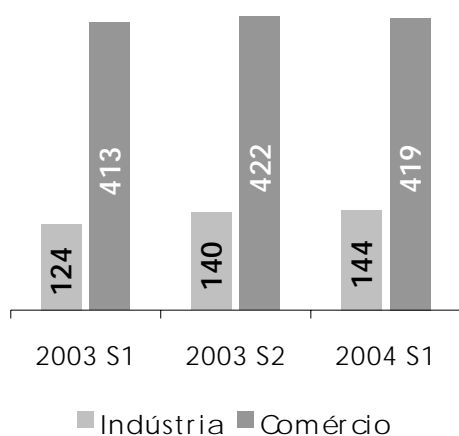
Gráfico 1 – ICMS – R\$ Milhões – Preços Constantes (corrigidos pelo IGP-DI)



Fonte: Sistema Integrado de Contabilidade do Ceará – SIC.

Elaboração: IPECE, ajustado segundo a nova sistemática de apuração do ICMS dada pelo Decreto Nº 27.206 de 07/10/2003. Do ICMS total arrecadado nos semestres de 2003 subtrai-se a liberação do PROVIN/PDCI feita pelo BEC em cada semestre.

Gráfico 2 – Arrecadação de ICMS na Indústria e no Comércio – R\$ Milhões – Preços Constantes (corrigidos pelo IGP-DI)



Fonte: SEFAZ.
Elaboração: IPECE.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

A arrecadação do ICMS no primeiro semestre de 2004 (Gráfico 1) foi de R\$ 1.357 milhões, mostrando um crescimento real de quase 11% com relação ao primeiro semestre de 2003, que foi de R\$ 1.227 milhões².

Na indústria, a arrecadação do ICMS vem crescendo (Gráfico 2). Neste semestre, a arrecadação neste setor mostrou um crescimento de mais de 16% com relação ao mesmo período do ano passado, passando de R\$ 124 milhões para R\$ 144 milhões.

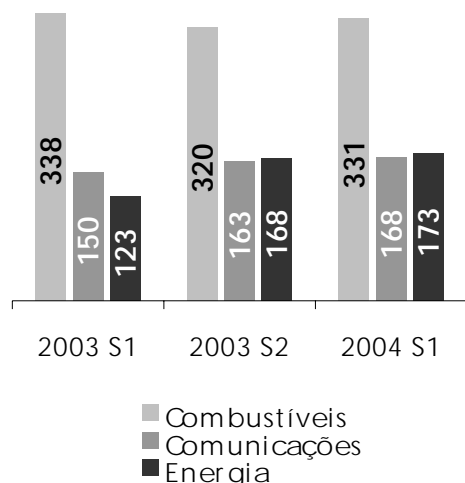
Com relação ao comércio (Gráfico 2), arrecadou-se neste semestre R\$ 419 milhões, contra R\$ 413 milhões no mesmo período do ano passado. Percebeu-se assim um crescimento real da arrecadação neste setor em torno de 1,5%.

Ao se analisar separadamente a arrecadação nos setores de Combustíveis, Energia Elétrica e Serviços de Comunicações (Gráfico 3), podemos ver que nem todos os setores tiveram um desempenho positivo.

A arrecadação de ICMS no setor de Combustíveis mostrou uma queda real de mais de 2% em relação ao primeiro semestre do ano de 2003, passando de R\$ 338 milhões para R\$ 331 milhões.

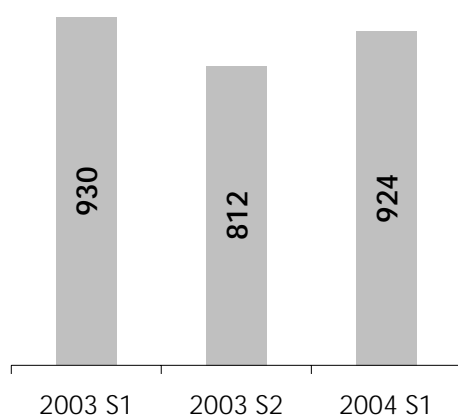
² Todos os valores monetários deste resultado estão a preços constantes, usando como base os preços de 2004, corrigidos pelo IGP-DI.

Gráfico 3 – Arrecadação de ICMS sobre o consumo de combustíveis, energia elétrica e sobre os serviços de comunicações – R\$ Milhões – Preços Constantes (corrigidos pelo IGP-DI)



Fonte: SEFAZ.
Elaboração: IPECE.

**Gráfico 4 – FPE – R\$ Milhões
Preços Constantes (corrigidos pelo IGP-DI)**



Fonte: Sistema Integrado de Contabilidade do Ceará – SIC.
Elaboração: IPECE.

A arrecadação no setor de Comunicações apresentou uma evolução positiva. Comparando-se com o mesmo período do ano passado, esta mostrou um crescimento real em torno de 12%, passando de R\$ 150 milhões para R\$ 168 milhões.

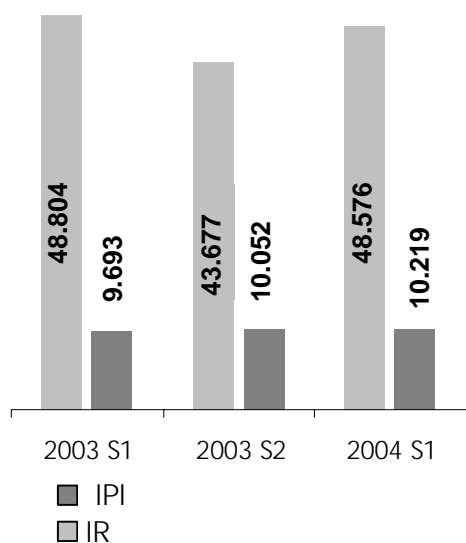
A arrecadação no setor de Energia foi entre estes o que apresentou um crescimento mais acentuado. No primeiro semestre de 2003 a arrecadação do ICMS neste setor foi de R\$ 123 milhões. Já neste semestre, esta arrecadação passou para R\$ 173 milhões, ou seja, um aumento real de mais de 40%.

Quanto às transferências do Governo Federal, têm-se aqui uma análise da evolução das receitas advindas do FPE (Fundo de Participação dos Estados).

Pode-se ver no gráfico 4 uma tendência diferente da do ICMS. Enquanto no primeiro semestre de 2003 o Governo Federal tinha repassado através do FPE R\$ 930 milhões, neste semestre o repasse foi de R\$ 924 milhões, tendo em termos reais sofrido um decréscimo de quase 0,6%.

Quanto às causas desta queda no repasse do FPE para o estado, pode-se avaliar a evolução de suas fontes, que são o IR e IPI líquidos (ou seja, já descontados os incentivos fiscais e restituições).

**Gráfico 5 – IR e IPI Líquidos – Brasil – R\$ milhões
Preços Constantes (Corrigidos pelo IGP-DI)**

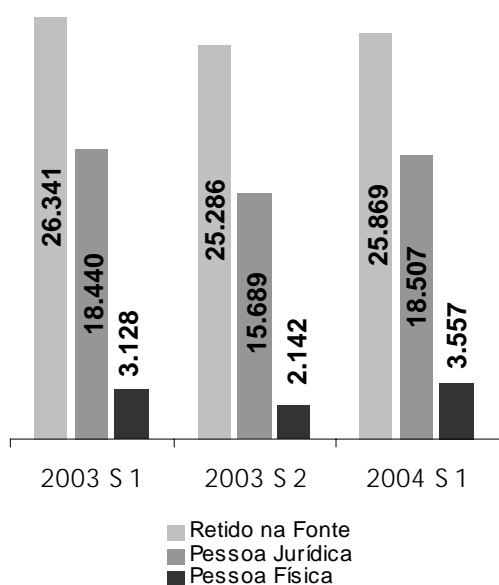


Fonte: IPEA
Elaboração: IPECE

No Gráfico 5 pode-se perceber que a arrecadação líquida do IPI sofreu uma elevação, passando de R\$ 9.693 milhões no primeiro semestre de 2003, para R\$ 10.219 milhões no mesmo período de 2004, uma elevação em termos reais de pouco mais de 5%.

Já a arrecadação líquida do IR, que tem um volume bem maior, sofreu uma queda em termos reais de mais de 0,5%. Ou seja, no primeiro semestre de 2003 a arrecadação do IR líquido foi de R\$ 48.804 milhões, enquanto que, no último semestre, foi de R\$ 48.576 milhões.

Gráfico 6 – IR Líquido no Brasil, por Origem – R\$ milhões Preços Constantes (Corrigidos pelo IGP-DI)

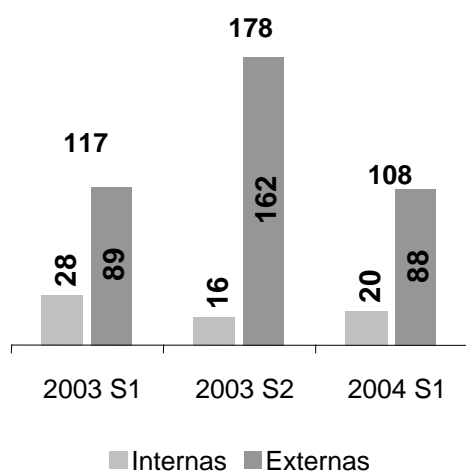


Fonte: IPEA
Elaboração: IPECE

Esta queda no IR pode ser melhor avaliada ao se conhecer a evolução das diferentes fontes deste imposto.

Analisando-se separadamente a arrecadação líquida do IR Retido na Fonte, originado de Pessoa Jurídica e originado de Pessoa Física (Gráfico 6), pode-se perceber que apesar do imposto sobre Pessoa Física ter crescido mais de 13% em termos reais e do imposto sobre Pessoa Jurídica ter crescido mais de 0,3%, houve uma queda real de quase 2% no imposto Retido na Fonte, o qual possui um volume superior na arrecadação total do IR.

Gráfico 7 – Receitas de Operações de Crédito – R\$ Milhões – Preços Constantes (Corrigidos pelo IGP-DI)

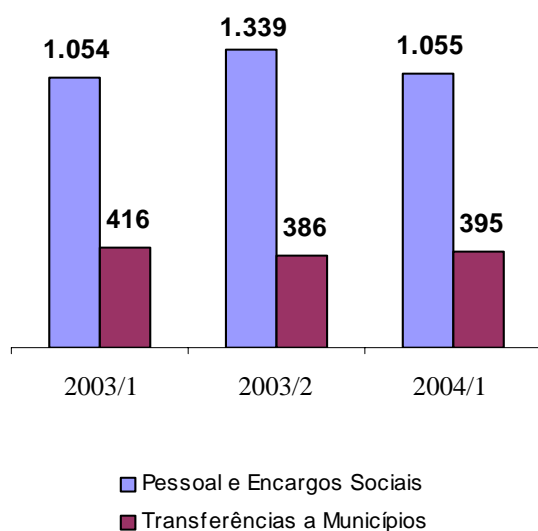


Fonte: SEFAZ
Elaboração: IPECE

Quanto às Receitas de Operação de Crédito, pode-se ver no gráfico 7 que o último semestre mostrou uma queda de quase 7% em termos reais, se comparado com o mesmo período do ano passado. Enquanto estas receitas foram de R\$ 117 milhões no primeiro semestre de 2003, neste semestre foram de apenas R\$ 108 milhões.

Ao separar-se estas receitas em operações internas e externas, percebe-se que as reduções maiores se deram nas receitas provenientes de operações internas, tendo estas se retraído em 29%, enquanto as de operações externas diminuíram pouco mais de 1%.

Gráfico 8 – Despesas de Pessoal e Encargos e Transferências a Municípios – R\$ Milhões. Preços Constantes de 2004 (Corrigidos pelo IGP-DI).



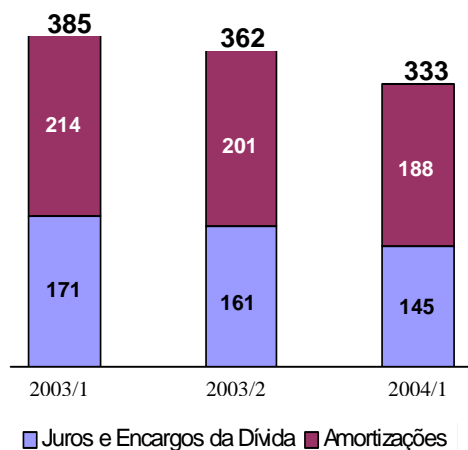
Fonte: SEFAZ
Elaboração: IPECE

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

As despesas com pessoal e encargos sociais no primeiro semestre de 2004 (Gráfico 8) somaram R\$ 1.055 milhões, contra R\$ 1.054 milhões no mesmo período de 2003, estando no mesmo patamar.

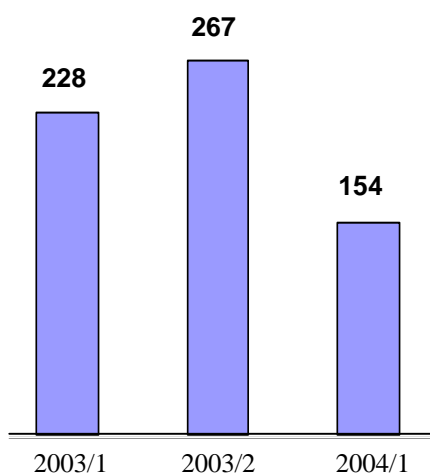
Nas despesas com juros e encargos (Gráfico 9), observa-se uma queda real de 15% com relação ao primeiro semestre de 2003. Estes gastos, que naquele período foram de R\$ 171 milhões, caíram em termos reais para R\$ 145 milhões neste ano.

Gráfico 9 – Despesas com Juros e Encargos e Amortizações da Dívida – R\$ Milhões. A preços constantes de 2004.



Fonte: SEFAZ
Elaboração: IPECE

Gráfico 10 – Investimentos – R\$ Milhões Preços Constantes de 2004 (Corrigidos pelo IGP-DI)



Fonte: Sistema Integrado de Contabilidade do Ceará-SIC
Elaboração: IPECE

Quanto às amortizações, percebe-se também uma queda real, passando de R\$ 214 milhões no primeiro semestre de 2003, para R\$ 188 milhões neste semestre, equivalente a uma redução de 12%.

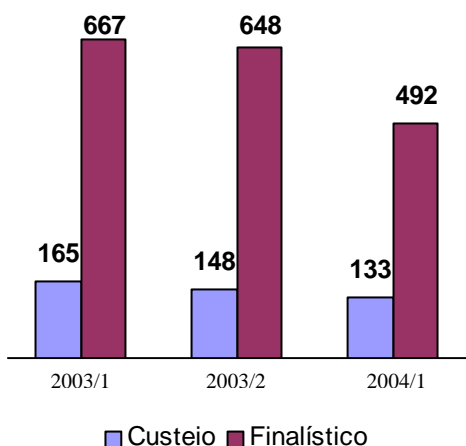
No total do serviço da dívida, equivalente à soma dos gastos com juros e amortizações, no primeiro semestre de 2004 observa-se o menor montante gasto, comparando-se tanto com o primeiro como com o segundo semestre de 2003.

Comparando-se especificamente com o primeiro semestre de 2003, percebe-se uma diminuição real de mais de 13% nestes gastos. Enquanto no primeiro semestre de 2003 gastou-se R\$ 385 milhões, neste semestre estes gastos foram de R\$ 333 milhões.

Quanto aos investimentos, no primeiro semestre de 2004 (Gráfico 10) observa-se uma redução real de 32% com relação ao mesmo período do ano anterior, tendo passado de R\$ 228 milhões para R\$ 154 milhões neste ano.

Este contingenciamento nos investimentos do Governo do Estado pode ser explicado pela cautela frente aos condicionantes macroeconômicos e pela pressão em caixa do Tesouro do Estado decorrente da queda de receita

Gráfico 11 – Despesas de Custeio e Finalístico – R\$ Milhões - Preços Constantes de 2004



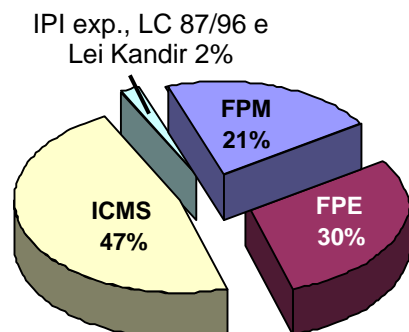
Fonte: SEPLAN
Elaboração: IPECE

Tabela 2 – Perdas do FUNDEF R\$ Milhões – Preços Constantes de 2004 (Corrigido pelo IGP-DI)

Período	Aporte (A)	Retorno (B)	Perda (A-B)
2003 S1	279	100	179
2003 S2	307	86	222
2004 S1	282	77	205

Fonte: SEFAZ
Elaboração: IPECE

Gráfico 12 – Fontes do FUNDEF por receita vinculada – 2004/1



Fonte: SEDUC
Elaboração: IPECE

observada em 2003 e da elevada conta de serviço da dívida pública.

A redução de gastos do Governo do Estado fica clara ao se observar as despesas com custeio e finalístico. No gráfico 11, nota-se que as despesas com custeio (manutenção) no primeiro semestre de 2003 foram da ordem de R\$ 165 milhões, ao passo que no mesmo período de 2004 estas foram de R\$ 133 milhões, uma redução real de mais de 19%.

Já o caso do finalístico, incluindo FDI e FUNDEF, no primeiro semestre de 2003 as despesas foram da ordem de R\$ 667 milhões, caindo para R\$ 492 milhões no primeiro semestre de 2004. Em termos percentuais, esta mudança é uma redução real de 26%.

FUNDEF

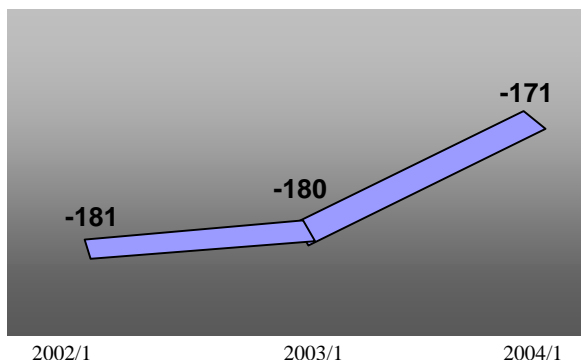
O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) recebe regularmente uma parte das receitas do Tesouro do Estado, que são denominadas de "aportes". Por outro lado, o Governo do Estado também faz saques regulares no fundo, montantes denominados de "retornos". A diferença entre o aporte e o retorno de um determinado período é denominada "Perda do FUNDEF" do Tesouro do Estado.

**Tabela 03 – A preços constantes de 2004, corrigidos
nelo IGP-DI**

	2002/1	2003/1	2004/1
1. Receitas			
Previdenciárias	195	202	175
Contrib. Patronal	119	139	104
Contrib. do Serv.			
Ativo	74	61	64
Civil	62	51	54
Militar	12	10	10
Contrib. do Serv.			
Inativo e Pensionista	-	-	4,3
Civil	-	-	3,9
Militar	-	-	0,4
Receitas Patrimon.	0,5	0,2	0,3
Compensações			
Previdenciárias	1,4	1,8	1,5
2. Despesas com			
Inativos			
e Pensionistas	376	381	346
3. Resultado (1-2)	-181	-180	-171
4. Saldo de Aplicações	50	10	6
Financeiras			

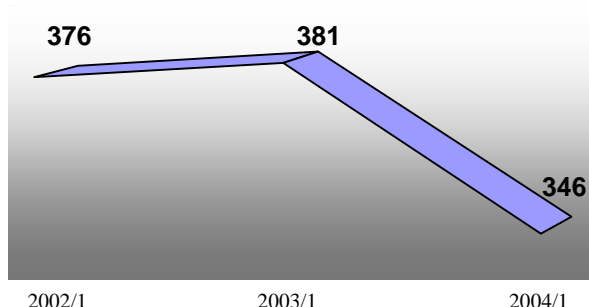
Fonte: Diário Oficial do estado do Ceará, e SIOF – Sistema Integrado de Orçamento e Finanças.

Elaboração: IPECE

Gráfico 13
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO
(Em milhões de R\$)

Fonte: Diário Oficial do estado do Ceará, e SIOF – Sistema Integrado de Orçamento e Finanças.

Elaboração: IPECE

Gráfico 14
DESPESAS COM INATIVOS E
PENSIONISTAS
(Em milhões de R\$)

Fonte: SIOF – Sistema Integrado de Orçamento e Finanças.

Elaboração: IPECE

A tabela 2 mostra que em termos reais, a perda do FUNDEF no primeiro semestre de 2004 foi de R\$ 205 milhões, um aumento real de 15% em relação ao primeiro semestre de 2003.

Pode-se observar claramente o aumento da perda, ao se ver que enquanto o retorno sofreu uma retração real de 23%, o aporte do Governo do Estado passou por uma elevação real em torno de 1%.

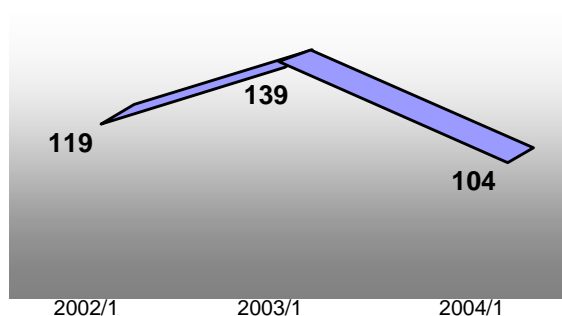
Quanto às fontes dos recursos do FUNDEF, pode-se ver ainda que, no primeiro semestre de 2004, 47% deste montante se originou da arrecadação do ICMS (Gráfico 12), 30% das transferências da União via FPE e 21% das transferências da União para os Municípios (FPM).

As receitas do Tesouro do Estado originadas pelo IPI de Exportações, pela Lei Complementar N° 87 de 1986 e pela Lei Kandir também foram vinculadas ao Fundef, todavia as três juntas participaram com apenas 2%.

PREVIDÊNCIA DO ESTADO

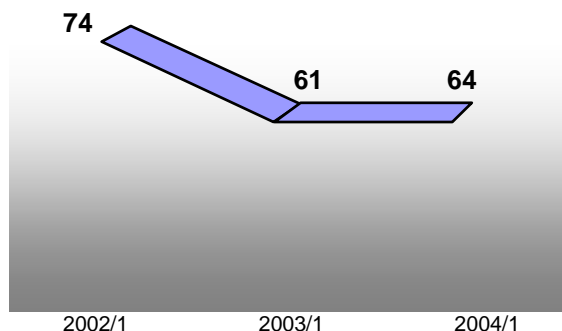
A Reforma da Previdência aprovada em 2003 dava início à contribuição dos inativos e pensionistas. Pode-se ver na Tabela 3 a presença de um valor positivo no item “Contribuição do Servidor Inativo e Pensionista” com um total de R\$ 4,3 milhões a partir do primeiro semestre de 2004. Deve-se chamar a atenção, entretanto, para o fato de que tal contribuição só foi efetiva nos meses de Maio e Junho. Dessa forma,

Gráfico 15
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL
(Em milhões de R\$)



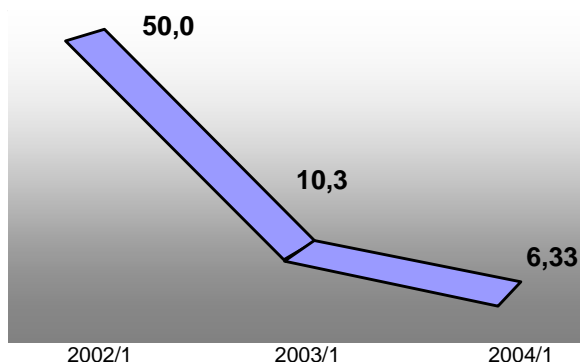
Fonte: Diário Oficial do estado do Ceará, e SIOF – Sistema Integrado de Orçamento e Finanças.
Elaboração: IPECE

Gráfico 16
CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO
(Em milhões de R\$)



Fonte: Diário Oficial do estado do Ceará, e SIOF – Sistema Integrado de Orçamento e Finanças.
Elaboração: IPECE

Gráfico 17
SALDO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
(Em milhões de R\$)



Fonte: Diário Oficial do estado do Ceará, e SIOF – Sistema Integrado de Orçamento e Finanças.
Elaboração: IPECE

pode-se esperar um aumento substancial nesta quantia para o primeiro semestre de 2005, quando serão incluídos os demais meses.

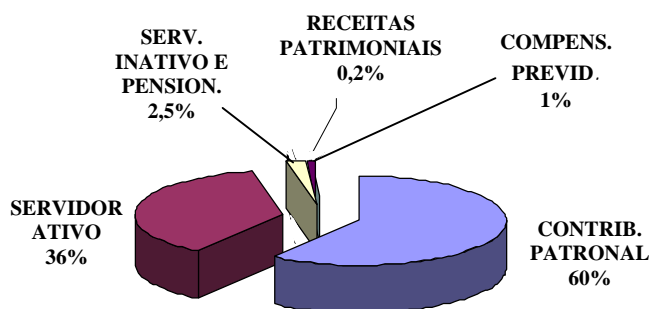
No item “Despesas com Inativos e Pensionistas” (Gráfico 14) percebe-se uma queda real de 9% neste semestre, com relação ao mesmo período de 2003. Esta despesa que naquele período foi de R\$ 381 milhões passou para R\$ 346 milhões neste semestre

Quanto às receitas, obteve-se neste semestre um total de R\$ 175 milhões (Tabela 3). Comparando-se com o primeiro semestre de 2003 (R\$ 202 milhões) percebe-se que ocorreu uma queda real de cerca de 14%.

Tal redução se dá de maneira especial pelo fraco desempenho da “Contribuição Patronal” (Gráfico 15). Esta foi neste semestre de R\$ 104 milhões. Comparando-se com o mesmo período no ano de 2003, percebe-se uma queda que em termos reais chega a 25%.

A “Contribuição do Servidor Ativo” (Gráfico 16) foi neste semestre de R\$ 64 milhões, contra R\$ 61 milhões no mesmo período do ano passado. Percebe-se assim um aumento real de 4,5% nesta conta.

Mostra-se então no “Resultado Previdenciário” uma melhoria em termos reais com relação ao primeiro semestre de 2003 (Gráfico 13). Naquele período o resultado contou com um déficit de R\$ 180 milhões, passando para R\$ 171 milhões no primeiro semestre deste ano. Dessa forma, obteve-se uma diminuição real de 5% no déficit.

Gráfico 18
COMPOSIÇÃO DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA DE 2004

Fonte: Diário Oficial do estado do Ceará, e SIOF – Sistema Integrado de Orçamento e Finanças.

Elaboração: IPECE

Quanto à composição da Receita (Gráfico 18), pode-se ver que a arrecadação com a Contribuição Patronal correspondeu a 60%, enquanto que as Contribuições dos Servidores Ativos corresponderam a cerca de 36%. Já a contribuição de Aposentados e Pensionistas este ano foi de apenas 2,5%, e as Receitas Patrimoniais e Compensações Previdenciárias não somaram 1,5%.

TABELA 4 – Dívida Pública do Ceará
Posição em 30/06/2004 – em R\$ Milhões

1. Dívida Interna	3.158
Com Tesouro Nacional	2.388
Bancos Federais	425
Outras	345
2. Dívida Externa	1.734
3. Dívida Flutuante	139
(Curto Prazo)	
4. Garantias	630
5. Dívida Total (1+2+3+4)	5.661
6. Dívida Consolidada (5-3-4)	4.892
7. Ativos Financeiros	171
(Aplicações)	
8. Dívida Consolidada Líquida	
(6-7)	4.720

Fonte: SEFAZ

Elaboração: IPECE

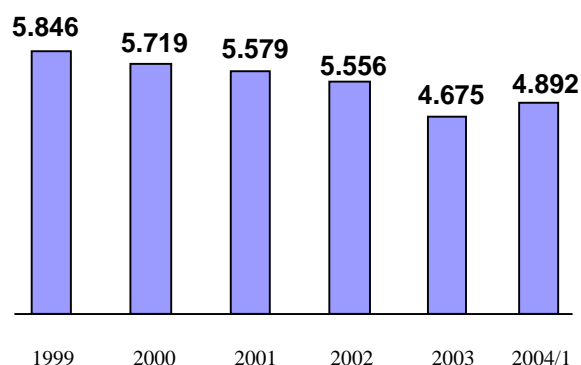
DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Pública Consolidada do Estado do Ceará, soma das dívidas interna e externa, mostrou-se no patamar de R\$ 4.892 milhões no final do primeiro semestre de 2004 (Tabela 4), equivalente a 17,9% do PIB projetado para este ano.

A dívida interna está dividida por três tipos de credores. O primeiro e maior credor do estado é o Tesouro Nacional. Com este, a dívida é de R\$ 2.388 milhões, o que equivale a 76% da Dívida Interna e a 49% da Dívida Consolidada.

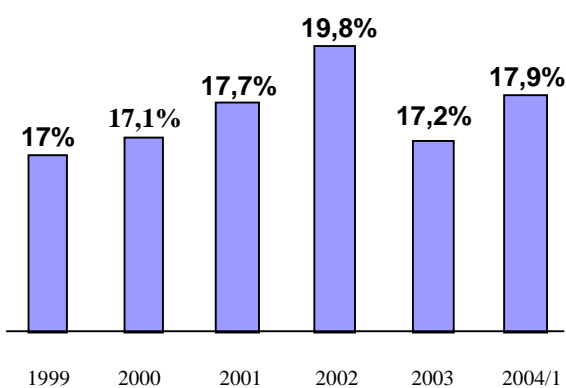
O segundo principal grupo de credores trata-se dos Bancos Federais, num total de R\$ 425 milhões, equivalendo a 13% da Dívida Interna e 8,5% da Dívida Consolidada.

Gráfico 19 – Dívida Pública Consolidada do Ceará – R\$ Milhões – Preços Constantes de 2004 (Corrigidos pelo IGP-DI)



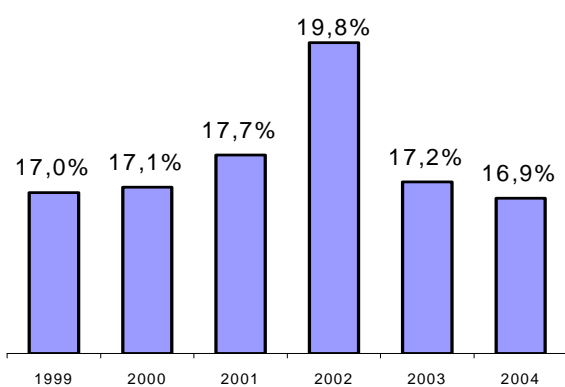
Fonte: SEFAZ
Elaboração: IPECE

Gráfico 20 – Dívida Pública Consolidada do Ceará – % do PIB (projetado para 2003 e 2004)



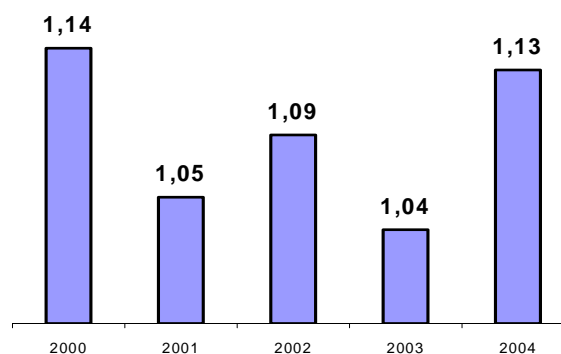
Fonte: SEFAZ
Elaboração: IPECE

Gráfico 20 A – Dívida Pública Consolidada do Ceará – % do PIB (projetado para 2003 e 2004) sem a contabilização da Dívida Previdenciária.



Fonte: SEFAZ.
Elaboração: IPECE.

Gráfico 20 B – Relação Dívida Pública Consolidada do Ceará / Receita Corrente Líquida (Corrigidos pelo IGP-DI), 2000-2004.



Fonte: SEFAZ.
Elaboração: IPECE.

Por último, têm-se outros credores agrupados, que somam um total de R\$ 345 milhões, ou 11% da Dívida Interna e 7% da Dívida Consolidada.

Já a Dívida Externa está em R\$ 1.734 milhões, representando 35% da Dívida Consolidada.

Como se pode ver no Gráfico 19, a Dívida Pública Consolidada do Estado mostra até o final do primeiro semestre deste ano um crescimento real de menos de 5% com relação ao final do ano de 2003. Isso se dá em função da contabilização de dívidas previdenciárias antigas, que até então não eram integradas a Dívida Pública do Estado.

O Gráfico 20 mostra que a proporção da dívida com relação ao PIB do estado sofreu uma elevação, passando de 17,2% no ano de 2003 para 17,9% neste semestre, utilizando para isso projeções para o PIB de 2003 e 2004.

O Gráfico 20-A mostra a evolução da Dívida sem considerar a contabilização das dívidas previdenciárias. Por outro lado, o Gráfico 20-B, mostra a razão Dívida Pública/Receita Corrente Líquida.